

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 03/Fev



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3341- Ano 2025



MARANHÃO

Piso Nacional dos vigilantes NA AUDIENCIA PUBLICA NO MARANHÃO CNTV E SINDICATOS RELANÇAM A CAMPANHA DO PISO SALARIAL NACIONAL DE VIGILANTE



CNTV, FIVABS, FINTERVIG, FINTRAVIG e SINDVG/MA vão a Audiência Pública promovida pelo Deputado Duarte Junior (PSB/MA) para relançamento da campanha do PISO NACIONAL DOS VIGILANTES

Na última sexta-feira, 31 de janeiro, uma Audiência Pública promovida e realizada pelo Deputado Duarte Junior (PSB/MA), o Sindicato dos Vigilantes do Maranhão e a CNTV foi relançada a Campanha Nacional do PISO SALARIAL DE VIGILANTE. Sim, relançada porque em 2015/16 tínhamos iniciado uma campanha pelo Piso Nacional, mas não avançou diante de alguns fatores da política: golpe contra a Presidente Dilma, a reforma trabalhista de

Temer e dos patrões e, logo depois, do governo Bolsonaro. Período de ataques as conquistas e aos pleitos dos Vigilantes e demais trabalhadores brasileiros.

O Deputado Duarte Junior propôs a Audiência e as nossas organizações sindicais não somente aceitaram, mas aproveitaram a oportunidade para fazer o relançamento e, além da CNTV e do Sindicato de Vigilantes do Maranhão, o Sindicato do Piauí, o de Pernambuco e a Federação dos

Vigilantes do Nordeste estiveram presentes. Outros Sindicatos, Federações e Lideranças de todas as regiões do país, enviaram manifestações de apoio e compromisso com a causa.

O Deputado Duarte Junior é Relator na Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei – PL 1955/2022, que propõe um Piso Salarial de 3.200 reais. Na Câmara ainda tramitam mais dois outros projetos de lei com propostas de Piso Salarial para Vigilantes e no Senado um Projeto do Senador Paulo Paim (PT/RS), este sob a Relatoria do Senador Fabiano Contarato (PT/ES).

Vigilantes Maranhenses que ocupara o auditório do Palácio Henrique de La Roc em São Luiz, juntamente com as lideranças sindicais, manifestaram grande confiança na conquista de um Piso Nacional e ainda sob governo Lula.

A categoria se inspira nas conquistas de Piso Salarial Nacional de categorias como Professoras e Professores, Agentes Comunitários de Saúde e Pessoal da Enfermagem, entre outras.

O Presidente da CNTV José Boaventura disse que “o Piso Nacional é uma questão de

justiça e dignidade. Se atuamos em bancos e serviço público federal, por exemplo, onde os empregados diretos possuem base salarial nacional ou Piso Nacional fixado em lei ou Convenção Coletiva de Trabalho – CCT, não é justo que um Vigilante ou uma Vigilante que atue no Banco do Brasil, no Banco Itaú ou no INSS do Maranhão recebam salários diferentes dos seus colegas de outros estados”.

Com o reinício dos trabalhos do Congresso Nacional a CNTV e o Sindicatos vão organizar uma agenda de diálogo, mobilização e pressão sobre Deputados e Senadores para, a exemplo da luta e da conquista dos 30% de Periculosidade, alcançarmos o Piso Salarial Nacional de Vigilante.

Você Vigilante lembra como foi a luta da Periculosidade. Você assumiu, ajudou e participou da luta. Você cobrou de cada Deputado e Senador no banco, no aeroporto, no shopping e outros locais de trabalho os “seus trinta”. Vamos fazer o mesmo do o nosso Piso Nacional. Voce pode ajudar, cobrando de cada Deputado ou Senador o “seu Piso Salarial Nacional”.



Só conquista, quem luta!



Nesta sexta-feira, dia 31/01, na cidade de São Luís do Maranhão, o SINDVIG-MA através do Deputado Federal Duarte Júnior, o Junior do Maranhão, uniu entidades sindicais de vários estados, juntamente com a CNTV - Confederação Nacional dos Vigilantes, para a retomada do Piso Nacional dos vigilantes. O Dep. Federal Duarte Junior é o relator do Projeto de Lei 1955/2022 que corre na câmara federal e nacionaliza o piso salarial da categoria.

Parabenizamos e agradecemos a todos presentes neste importante encontro, em especial, ao Presidente do SINDVIG-MA, Daniel Pavão, sua diretoria e aos trabalhadores que fizeram parte desta iniciativa tão importante que culminou na Audiência Pública. Ao Presidente

da CNTV, José Boaventura Santos, aos dirigentes do Sindicato dos vigilantes do Piauí, Marcos Loureiros, Júnior e do nosso companheiro Clesio Sales, representando o SINDESV-PE e todos os companheiros do nosso estado!

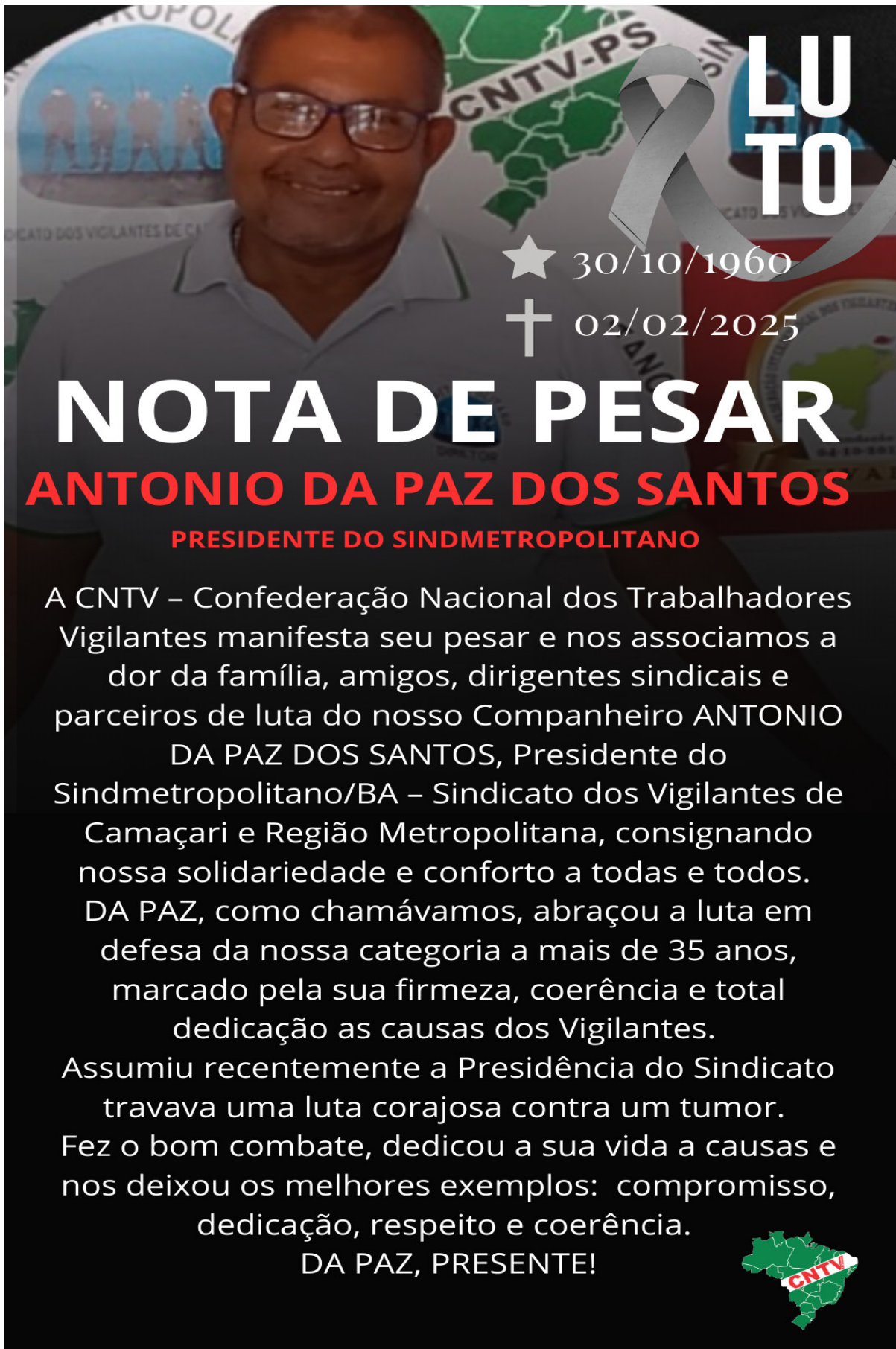
Essa é uma causa nacional, que mobiliza entidades sindicais e federações de todo o Brasil na luta por dignidade e igualdade salarial. Vamos juntos, companheiros! A união da categoria é o caminho que nos levará a vitória!

#sindesvpe **#sindicatodosvigilantespe**
#pisonacionaldovigilante **#lutasindical**
#direitodotrabalhador

NOTA DE PESAR

ANTONIO DA PAZ DOS SANTOS

PRESIDENTE DO SINDMETROPOLITANO



LUTO

★ 30/10/1960

† 02/02/2025

NOTA DE PESAR

ANTONIO DA PAZ DOS SANTOS

PRESIDENTE DO SINDMETROPOLITANO

A CNTV – Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes manifesta seu pesar e nos associamos a dor da família, amigos, dirigentes sindicais e parceiros de luta do nosso Companheiro ANTONIO DA PAZ DOS SANTOS, Presidente do Sindmetropolitano/BA – Sindicato dos Vigilantes de Camaçari e Região Metropolitana, consignando nossa solidariedade e conforto a todas e todos. DA PAZ, como chamávamos, abraçou a luta em defesa da nossa categoria a mais de 35 anos, marcado pela sua firmeza, coerência e total dedicação as causas dos Vigilantes. Assumiu recentemente a Presidência do Sindicato travava uma luta corajosa contra um tumor. Fez o bom combate, dedicou a sua vida a causas e nos deixou os melhores exemplos: compromisso, dedicação, respeito e coerência. DA PAZ, PRESENTE!



Convenção Coletiva de Trabalho vencida: patrões ignoram vigilantes e ameaçam direitos



A Convenção Coletiva de Trabalho, que garante os direitos da categoria e venceu no dia 31 de dezembro, foi pauta principal da Assembleia dos Vigilantes, ontem (30), na Rampa dos Vigilantes. Já faz um mês que os patrões não apresentam uma proposta digna para os trabalhadores. Pior: querem cortar direitos!

Isso é resultado de um jogo sujo: enquanto os vigilantes seguem trabalhando para garantir a segurança de todos, os patrões se recusam a negociar de forma justa.

Foi marcada uma nova assembleia para o dia 20 de fevereiro, às 19h30, na Rampa dos

Vigilantes. Se os patrões não apresentarem uma proposta que atenda às reivindicações da categoria, a decisão será pela mobilização permanente, com possibilidade de greve.

Enquanto isso, os patrões seguem ignorando os trabalhadores, sem qualquer respeito ou dignidade. A categoria não vai aceitar retrocessos! Se for preciso, vamos parar o DF para garantir nossos direitos.

Querem evitar a greve? Então que apresentem uma proposta justa! A categoria está unida e pronta para lutar até o fim.

Chico Vigilante
Deputado Distrital

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE CAMPANHA SALARIAL

O SINTEVITRAVER – Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Vigilância, Agentes de Portaria, Cintagem, Segurança Orgânica e Transporte de Valores do Estado de Roraima, CNPJ 84.017.516/0001-39, com Registro Sindical nº 24130.002428/92-61 com pedido de registro no Ministério do Trabalho e Emprego SD154163 protocolado sob o número 13622.200981/2024-01, Art. 38, § 2º do Estatuto Social e o artigo 611, § 1º e § 2º da CLT, convoca a todos os Trabalhadores da categoria profissional de vigilantes laborais do Transporte de Valores, Escolta armada, Auxiliar Administrativo, Tesouraria, Auxiliar de Tesouraria, Fiel e Motorista a Comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 03 de Fevereiro de 2025, na sede da Entidade, localizada na Av. Abraão Felix Lima nº 284 – Jardim Tropical, sendo a primeira chamada as 19h e a segunda chamada as 19h30. A primeira chamada será com o "quórum estatutário" e a segunda chamada com o número de presentes interessados, para a deliberação das seguintes pautas:

- Conhecer e deliberar sobre a contraproposta do SINDESP-RR, dirigida aos trabalhadores da categoria profissional na forma descrita convocada
• Autorizar, frustradas as negociações, ingresso com dissídio coletivo no TRT- Tribunal Regional do Trabalho 11ª Região.

Boa vista-RR,01 de fevereiro de 2025

Cleiverton Fernando dos Santos Furtado Presidente do SINTEVITRAVER
Fábio Silva dos Santos Secretário Geral do SINTEVITRAVER

SINDICATO SVNIT COMEÇA A FISCALIZAR E DENUNCIAR O SERVIÇO DE SEGURANÇA CLANDESTINA NA NOSSA BASE TERRITORIAL.

Document containing logos of SVNIT, CNTV, and SINTEVITRAVER, along with text regarding a denunciation of clandestine security services and a call for attention to the issue.

A diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões deu início nessa ultima semana a fiscalização de postos de serviços de segurança clandestina na nossa base territorial, cumprindo o artigo 48º e seus parágrafos da lei 14.967 de 09/09/24 (Estatuto da Segurança Privada).

O Sindicato Svnit já protocolou na Polícia Federal de Niterói o pedido de fiscalização de 03 postos de segurança clandestina.

Na próxima semana a direção do sindicato vai continuar na rua fiscalizando, encontrando irregularidades vamos denunciar a DPF.

Sindicato Svnit.

SINDFORTE-RN: 14 ANOS DE VIGILÂNCIA E LUTA PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES.



Em 31 de janeiro de 2011, surgia o SindForte-RN, motivado pela insatisfação dos trabalhadores vigilantes que não se sentiam representados pelo sindicato existente, que deveria ser a voz da categoria.

Poucos, mas combativos, aqueles que deram início à criação do sindicato foram chamados, na época, de “meninos” por velhas raposas sindicais, que duvidavam que um grupo tão pequeno de vigilantes insatisfeitos pudesse, de fato, organizar e gerir uma entidade de tamanha responsabilidade. Ledo engano.

Os que se opuseram ao projeto apostavam no fracasso do grupo, argumentando que a falta de experiência e conhecimento dos meandros sindicais seria um ponto fraco. No entanto, aquilo que muitos consideraram uma fraqueza foi, na verdade, a força propulsora que levou à

criação do SindForte-RN. O nome do sindicato já refletia sua essência: uma entidade forte, feita para lutar pelos direitos dos trabalhadores.

Sob a liderança de Tertuliano Santiago (in memoriam), seu primeiro presidente, os “meninos” se transformaram em homens. Homens de luta, homens de sindicato, que, com dedicação e clareza, conquistaram vitórias a cada desafio e começaram a conquistar o respeito da sociedade potiguar. Até mesmo a classe patronal passou a reconhecer a força e a coragem dos dirigentes do SindForte-RN, especialmente quando se trata de defender os direitos dos vigilantes.

Aqueles “meninos” não eram meramente jovens, mas homens valentes, corajosos e, hoje, sindicalistas experientes. Com 14 anos de história, o SindForte-RN segue firme em sua missão. Suas diretorias, ano após ano, mantêm a mesma garra e a mesma intransigência na defesa dos direitos dos trabalhadores, agora com a experiência acumulada ao longo do tempo.

Somos gratos pelo nosso professor José Boa Ventura - Presidente da CNTV que nos ensinou a essência sindical junto com todos os companheiros que compõem a nossa Confederação e Federação Fintervig.

Antônio Fernandes
Presidente do SindForte/RN.

EM PAUTA, VIGILANTES DA EMPRESA SVN SEGURANÇA

Aracaju-Se, 31 de janeiro de 2025

**INFORMATIVO
SINDIVIGILANTE-SE**

DIRETORIA DO SINDIVIGILANTE SERGIPE SE
REÚNE COM O SUPERINTENDENTE REGIONAL
DO TRABALHO EM SERGIPE.



**Quem não luta pelos seus
direitos, não é digno deles.**

**Gestão: transparência e renovação:
Diretor presidente: Reginaldo Gonçalves.**



Na tarde desta sexta-feira, 31/01, na sede da Superintendência Regional do Trabalho em Sergipe, os representantes do SINDIVIGILANTE SERGIPE, Reginaldo Gonçalves e Aclecio Aragão, acompanhados do Deputado Federal Thiago de Joaldo, foram recebidos pelo Superintendente Regional Cláudio Caducha para debater ações que visam resolver o problema de atraso salarial dos trabalhadores vigilantes da empresa S.V.N Segurança, prestadora de serviço de Vigilância nos contratos das Secretarias de educação do estado de Sergipe e da Prefeitura de Aracaju.

Na oportunidade, os representantes sindicais relatou aos presentes a situação caótica vivenciada pelos vigilantes que prestam serviço para empresa SVN SEGURANÇA, denunciando o atraso salarial da folha de dezembro/2024, além do ticket alimentação, vale transporte

e 13º salário/2024, causando um clima de desespero para esses trabalhadores, que estão passando por diversas dificuldades, motivadas pela incompetência dos gestores da empresa de segurança, além da contumaz falta de ações concretas dos contratantes em fiscalizar o contrato e resolver de vez o problema que se arrasta desde o ano 2023.

Na oportunidade, o Superintendente Regional do Trabalho em Sergipe, Cláudio Caducha se sensibilizou com os fatos narrados, se colocou à disposição da categoria, para de forma ostensiva participar de todas as etapas que visam solucionar o problema, inclusive, se comprometeu em reunir todas as partes envolvidas para mediar uma resolução definitiva para o problema destes trabalhadores.

Com a palavra, o Deputado Federal Tiago de Joaldo, que solicitou a referida reunião, mostrou-se extremamente preocupado e colocou seu mandato a disposição da entidade sindical, apoiando esses trabalhadores em tudo que se faça necessário para enfrentar este momento de dificuldade, enalteceu a postura dos representantes sindicais em permanecerem firmes na luta em prol dos trabalhadores, acrescentou que trata-se de uma situação que atinge a honra e a sustentabilidade de diversas famílias, inclusive, trazendo-lhe dificuldade em garantir o direito à alimentação básica destas famílias.

Fonte: Sindvigilantes/SE

Projeto estabelece diretrizes para abordagens de profissionais de segurança

Fábio Rodrigues Pozzebom/ABr



Força Nacional em operação: Paim quer mecanismos que previnam a violência

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou, no final de 2024, um projeto que estabelece diretrizes para as abordagens de segurança pública e privada, além de instituir mecanismos de prevenção da violência nessas operações (PL 4.935/2024). A matéria, que entre outros objetivos pretende diminuir o racismo nas abordagens dos agentes de segurança, está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O texto busca alcançar todas as ações relacionadas à segurança pública e à fiscalização, inclusive barreiras rodoviárias, abordagens e revistas policiais, fiscalização aduaneira, serviços de imigração, vistorias, inspeções, execução de medidas de interdição de acesso e interrupção ou suspensão de atividades de caráter coletivo. Pelo projeto, as abordagens realizadas pelos agentes de segurança devem ser transparentes e fundamentadas em critérios objetivos e específicos que indiquem suspeita razoável de atividade ilícita, vedada qualquer discriminação baseada em raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero ou orientação sexual.

A proposta considera nulas as provas obtidas por meio de abordagens policiais que sejam motivadas por discriminação ou conduzidas de maneira abusiva, com uso excessivo de força ou violação de direitos fundamentais. O projeto também determina que o poder público manterá registros de ocorrências de denúncias, reclamações ou queixas de condutas motivadas por discriminação ou preconceito de qualquer natureza. Esses registros deverão ser sistematizados e de acesso público.

Ainda conforme o projeto, os cursos de formação dos profissionais de segurança deverão incluir conteúdos relacionados aos direitos fundamentais, aos princípios democráticos e ao combate à discriminação e ao preconceito. Também deverá haver um treinamento para a identificação e correção de “vieses preconceituosos”.

Penas

O projeto também altera o Código Penal (DL 2.848, de 1940) para agravar a pena para o crime de violência arbitrária, que prevê até três anos de detenção. Paim quer que a pena seja aumentada a metade, se o agente praticar a conduta motivado por discriminação ou preconceito de qualquer natureza, notadamente de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero ou orientação sexual. No caso de abertura de inquérito, processo judicial ou outras investigações equivalentes contra pessoa que a autoridade policial sabe ser inocente, o Código Penal prevê pena de até oito anos de reclusão, além da multa. Pelo projeto, a pena

também será aumentada a metade se houver motivação por discriminação ou preconceito de qualquer natureza.

Também os crimes definidos na Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.689, de 2019) terão suas penas aumentadas a metade se o agente praticar a conduta motivado por discriminação ou preconceito. O projeto ainda traz uma previsão específica para a Lei de Crimes Raciais (Lei 7.716, de 1989), com pena de três a cinco anos de reclusão para o agente público, civil ou militar, com atribuições relativas à segurança pública, que fizer uma abordagem motivado por racismo ou outra discriminação.

Violência

Paim diz ver com profunda preocupação e perplexidade as sucessivas ocorrências de atos de violência registrados durante abordagens realizadas por agentes públicos e profissionais de segurança privada. Segundo o autor, esse fenômeno não é recente “e reflete estruturas sistêmicas de preconceito e discriminação profundamente arraigadas, que transcendem a esfera da atividade policial e permeiam diversos setores da sociedade”. O senador afirma que esses episódios de violência afastam as forças de segurança daqueles que deveriam proteger, criando um clima de medo e desconfiança na sociedade.

Paim faz questão de reconhecer a qualidade e a dedicação dos profissionais de segurança. Ele aponta, porém, que “não podemos permitir que atos isolados de indivíduos, que abusam de sua função para perpetuar violência desnecessária e motivada por preconceitos, obscureçam a legitimidade e a relevância dessas instituições”.

De acordo com o senador, as forças de segurança, assim como outros segmentos da sociedade brasileira, estão sujeitas a vieses

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

preconceituosos que podem influenciar decisões operacionais. Paim também lembra que, em abril de 2024, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou ilegal o perfilamento racial em abordagens policiais, destacando que a abordagem não pode ser fundamentada em critérios de raça, cor da pele ou aparência física.

O autor argumenta ainda que sua iniciativa visa promover a igualdade racial, assegurar o respeito aos direitos fundamentais e fortalecer a confiança da população nas instituições de segurança pública. “Que a espada que hoje combate o crime e, muitas vezes, acaba por ferir os mais vulneráveis, possa se transformar em um escudo robusto que garanta a segurança e a dignidade de todos os brasileiros”, registra Paim.

Governo

O governo federal também se mostra preocupado com as denúncias de violência nas abordagens policiais. Na semana passada, o ministro da Justiça e Segurança e Pública, Ricardo Lewandowski, assinou duas portarias que regulam o decreto sobre o uso da força pelos agentes. Uma delas estabelece diretrizes para orientar a atuação desses profissionais durante abordagens policiais e a outra cria o Comitê Nacional de Monitoramento do Uso da Força. As diretrizes se aplicam aos integrantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Penal, da Força Nacional e da Força Penal Nacional. Entre outras medidas, os regulamentos tratam do uso proporcional da força e do correto emprego das armas de fogo.

Fonte: Agência Senado

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, Lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF